



GRUPO PARLAMENTAR

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão de Ambiente, Energia e
Ordenamento do Território

O Grupo Parlamentar do PSD vê com apreensão a falta de transparência do negócio anunciado, há cerca de um ano, e entretanto concluído no passado dia 17 de dezembro, da venda das seis centrais hídricas localizadas nos rios Douro, Sabor e Tua pela EDP-Energias de Portugal, S.A. a um consórcio empresarial francês, encabeçado pela Engie, incluindo os ativos e passivos, direitos e obrigações, relações jurídico-laborais, posições contratuais, protocolos e licenças associados.

A venda das barragens dependia da autorização prévia do Estado, até porque se trata de bens do domínio público.

O Ministério do Ambiente e da Ação Climática autorizou a venda.

Tanto quanto se sabe, a venda foi autorizada sem que o Estado tivesse exigido qualquer contrapartida.

Acresce que o Ministério do Ambiente e da Ação Climática foi previamente alertado para o facto de a operação de venda poder ser feita com recursos a mecanismos de planeamento fiscal agressivo, a fim de evitar o pagamento de impostos, decorrentes daqueles.

Nestes termos e nos mais de direito, os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD, ao abrigo das normas regimentais aplicáveis, vêm solicitar a **audição urgente** do Senhor

Ministro do Ambiente e Ação Climática com vista a que possa esclarecer o Parlamento sobre todas estas questões levantadas.

Assembleia da República, 22 de dezembro de 2020

Os Deputados

Adão Silva

Luís Leite Ramos

Isabel Lopes

Cláudia Bento

Artur Soveral de Andrade